

**Moraes determina remoção de ataques a PL das Fake News, e Câmara adia votação**

Explicações. Decisão de Moraes determina remoção e apresentação de critérios para resultados



Transparência. Ministério da Justiça, comandado por Dino, ordenou multa diária de R\$ 1 milhão

TOM COSTA/ALIISP

Google, Meta, Spotify e Brasil Paralelo informem quais as providências concretas tomaram para cobrir práticas ilícitas relacionadas a temas como ataques à democracia, discurso de ódio, terrorismo, crimes contra crianças e adolescentes e contra mulheres.

Na esteira do debate legislativo, Moraes voltou a defender a necessidade de regulamentação das plataformas. Ontem, a Câmara adiou a votação do projeto, a pedido do relator do texto, o deputado Orlando Silva ([leia mais detalhes na página 5](#)). Antes da definição, líderes da Igreja Católica e de diferentes denominações evangélicas fizeram um ato no Congresso em defesa do projeto, para combater o extremismo nas redes.

**BUSCA POR ISONOMIA**

O ministro da Justiça, Flávio Dino, defendeu a determinação do Supremo e afirmou que a regulamentação das atividades empresariais das plataformas é uma exigência constitucional e um caminho fundamental para o enfrentamento de crimes. Mais cedo, a pasta já havia adotado sanções por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, determinando uma medida cautelar que obriga a plataforma a agir para garantir isonomia nas discussões do PL das Fake News. Entre os pontos estão a obrigação de sinalizar os conteúdos publicitários e informar consumidores sobre conflitos de interesse; relatar qualquer interferência no sistema de busca sobre o PL das Fake News; não censurar resultados divergentes dos posicionamentos da empresa e não privilegiar os convergentes com a opinião da companhia. A norma institui ainda multa de R\$ 1 milhão por hora em caso de descumprimento.

— Precisamos acabar com o faroeste digital. A legislação que está sendo debatida no Brasil é fortemente inspirada em práticas internacionais, inclusive em leis já votadas e já vigentes. E não há nenhum registro de que a internet acabou nesses países — afirmou Dino.

O Google afirmou que apoia as discussões de medidas para combater a desinformação e que o debate deve ocorrer de forma "mais ampla". "Nunca alteramos manualmente as listas de resultados para favorecer a posição de uma página de web específica. Não ampliamos o alcance de páginas com conteúdos contrários ao PL 2630 na busca, em detrimento de outras com conteúdos favoráveis. Nossos sistemas de ranqueamento se aplicam de forma consistente para todas as páginas, incluindo aquelas administradas pelo Google", sustentou a empresa.

O Spotify disse que não aceita anúncios políticos e que um anúncio de terceiros foi veiculado por engano e removido assim que detectado. A Meta não se manifestou, e o Brasil Paralelo não foi localizado para comentar. (*Colaboraram Lauriberto Pompeu, Mariana Muniz e Renan Monteiro*).

# 'ABUSO ECONÔMICO'

## STF e governo reagem a ofensiva do Google contra PL das Fake News

MARINA MUNIZ, DANIEL GULINO E DIMITRIUS DANTAS  
politic@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

**E**m meio a uma ofensiva liderada pelo Google contra o PL das Fake News, com suspeita de práticas abusivas, Judiciário e Executivo reagiram ontem e estipularam sanções à plataforma. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que os presidentes do Google no Brasil, além das empresas Spotify, Meta (responsável pelo Facebook) e Brasil Paralelo prestem depoimentos à Polícia Federal. A Corte também ordenou que sejam retirados do ar comentários impulsionados com ataques à proposta legislativa, que pune a disseminação de desinformação e responsabiliza as redes sociais pela propagação de informações falsas. O Ministério da Justiça, por sua vez, estabeleceu mul-

ta diária de R\$ 1 milhão caso o Google não cumpra requisitos como deixar de privilegiar nas buscas resultados que sejam convergentes ao posicionamento da própria empresa.

A reação após uma sequência de denúncias de que o Google estaria omitindo conteúdos a favor do projeto e estimulando o acesso a páginas que o tratavam como, por exemplo, "PL da Censura". Um link na página inicial do buscador afirmava que a iniciativa aumentaria a "confusão sobre o que é verdade ou mentira" chegou a ser veiculado, mas foi retirado do ar após as manifestações das autoridades.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também abriu um procedimento para apurar o "suposto abuso de posição dominante" de Google e Meta, enquanto o Ministério Público Federal (MPF) cobrou o Google após a campanha.

Como mostrou O GLOBO na semana passada, um estudo do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revelou que as plataformas permitiram o impulsionamento de postagens com informações falsas sobre o projeto.

"Tais condutas podem configurar, em tese, não só abuso de poder econômico às vésperas da votação do projeto de lei portentoso impactar de maneira ilegal e imoral a opinião pública e o voto dos parlamentares, mas também flagrante induzimento e instigação à manutenção de diversas condutas criminosas praticadas pelas milícias digitais", escreveu Moraes.



As condutas podem configurar abuso de poder econômico e instigação à manutenção de condutas criminosas praticadas pelas milícias digitais"

**Alexandre de Moraes,**  
ministro do STF

"Precisamos acabar com o faroeste digital. A lei é inspirada em práticas internacionais. Não há registro de que a internet acabou nesses países"

**Flávio Dino,** ministro da Justiça

### RESPOSTA ÀS PLATAFORMAS

Judiciário e Executivo reagiram contra ataques das redes ao projeto

#### Decisão do STF

##### FORA DO AR

Google, Meta, Spotify e Brasil Paralelo foram obrigados a tirar do ar anúncios, textos e demais informações impulsionadas a partir do blog oficial do Google com ataques ao PL das Fake News

##### CRITÉRIOS REVELADOS

Google e Meta precisam explicar os critérios que levaram os algoritmos a recomendar, por exemplo, sites que chamavam o texto de "PL da Censura"

##### ATAQUES AO TEXTO

Brasil Paralelo e Spotify precisam explicar por que veiculam conteúdo do Google com ataques ao projeto

##### PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Google, Meta, Spotify e Brasil Paralelo precisam apresentar as providências concretas adotadas para prevenir desinformação e retirar conteúdos com, por exemplo, ataques à democracia, discurso de ódio e atos preparatórios de terrorismo

##### DEPOIMENTOS

A PF terá que colher os depoimentos dos presidentes do Brasil de Google, Meta, Spotify e Brasil Paralelo

respeito do Google, em decisão tomada de ofício no inquérito das fake news. "As condutas dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada e seus dirigentes precisa ser devidamente investiga-

#### Governo pressiona Google

##### TRANSPARÊNCIA

Google precisa sinalizar que posicionamento exibido na página inicial era um "conteúdo publicitário"

##### ALGORITMO

Informar "interferências" no sistema de buscas e não "censurar" resultados que apresentem posicionamentos divergentes aos da plataforma

##### SEM PRIVILÉGIOS

Não privilegiar nos resultados das buscas posições convergentes à da plataforma

##### OUTRO LADO

Após a "publicidade enganosa", veicular "contrapropaganda" sobre o PL das Fake News

##### MULTA MILIONÁRIA

Caso as determinações não sejam cumpridas, fica estipulada multa de R\$ 1 milhão por hora

Editoria de Arte

da, pois são remuneradas por impulsões monetização, bem como há o direcionamento dos assuntos pelos algoritmos, podendo configurar responsabilidade civil e administrativa das empresas e

penal de seus representantes legais".

Além da remoção e da exigência de explicação sobre os critérios que levaram à exposição dos resultados das buscas, o ministro também ordenou que

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Política **Página:** 4